



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150790 - AL (2021/0232219-0)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
RECORRENTE : VITOR DA CONCEICAO SANTOS (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por VITOR DA CONCEICAO SANTOS contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS (HC n. 0800562-13.2021.8.02.0000).

O recorrente foi preso em flagrante, em 13/1/2021, pela suposta prática dos delitos dos arts. 12 e 16 da Lei n. 10.826/2003. Posteriormente, a prisão em flagrante foi convertida em preventiva (fls. 46-52).

A defesa sustenta a ausência de fundamentação apta a justificar a segregação cautelar imposta ao recorrente, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da medida extrema do art. 312 do Código de Processo Penal.

Alega que a segregação está fundamentada apenas na gravidade abstrata do delito e na suposta periculosidade do acusado.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da custódia preventiva imposta ao recorrente, ainda que com a adoção de outras medidas cautelares menos gravosas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, especialmente porque no acórdão recorrido o relator consignou que (fl. 138):

[...] a decretação da prisão se pautou, precipuamente, na gravidade concreta da conduta, evidenciada pela variedade e natureza dos artefatos ilícitos encontrados em poder do flagranteado (incluindo duas granadas de fabricação caseira, com alto poder lesivo), bem como no risco concreto de reiteração delitiva, o qual é extraído do fato de que Vitor da Conceição Santos possui ao menos 01 (uma) condenação penal transitada em julgado (com guia de recolhimento definitiva já expedida), pela prática do crime de roubo majorado, além de 01 (um) processo em curso em seu desfavor, pelo suposto cometimento do ilícito de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência